



## MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

### TERMO DE REFERÊNCIA Nº 054/2026

Processo Administrativo Interno nº 2683/2026 ID 109616.

#### 1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios destinados à composição de cestas básicas montadas, voltadas ao atendimento do Benefício Eventual de Auxílio Alimentação, a serem distribuídas gratuitamente às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social no Município de Cerejeiras/RO, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.472/2024.

À empresa contratada competirá exclusivamente o fornecimento dos gêneros alimentícios, bem como a montagem, acondicionamento e entrega das cestas básicas prontas, conforme as especificações técnicas estabelecidas pela Administração Municipal, assegurando qualidade, validade, integridade dos produtos, padronização dos itens, adequação às normas sanitárias vigentes e atendimento às exigências da vigilância sanitária e demais órgãos reguladores aplicáveis.

Os recursos destinados à presente contratação serão provenientes de recursos próprios do Município.

1.1. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

A solicitação trata-se de aquisição de 400 (quatrocentas) cestas básicas, devidamente embaladas em sacos plásticos transparentes, super resistente, tipo fardo.			
Item	Qtde	Unid.	Descrição
01	400	PCT	ARROZ BRANCO 5KG Arroz branco, tipo 1, longo fino, polido, 5 kg, com teor máximo de umidade de 13,0% e grãos quebrados de 7,0%. Isento de impurezas e odores. Embalagem plástica atóxica, hermeticamente fechada, com informações completas. Conforme Portaria MAPA nº 262/2017 e RDC ANVISA nº



## MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

			275/2002. Validade mínima de 12 meses, contada a partir da data de emissão da nota fiscal. Armazenamento em local seco e arejado.
02	800	PCT	<b>AÇÚCAR CRISTAL DE 1ª QUALIDADE</b> Açúcar Cristal de 1ª Qualidade. Produto alimentício obtido a partir da cana-de-açúcar, com cristais sólidos e bem definidos, caracterizado por cor, cheiro e sabor típicos do açúcar cristalizado, com gosto doce característico. O produto é livre de qualquer sinal de fermentação, garantindo pureza e qualidade. Deve conter no mínimo 99,3% de carboidrato por porção, sendo isento de matéria terrosa, parasitas ou detritos de origem animal ou vegetal. A embalagem primária de plástico atóxico, com peso líquido de 2 kg, e deve possuir registro no órgão competente (ANVISA ou similar). O produto deve apresentar validade mínima de 12 meses, contada a partir da data de emissão da nota fiscal.
03	400	PCT	<b>BISCOITO TIPO MAISENA</b> Biscoito tipo maisena. O produto deve ser acondicionado em 3 embalagem primárias envolvidos por uma embalagem secundária totalizando peso líquido de no mínimo 360g. O produto deve apresentar validade mínima de 05 meses, contada a partir da data de emissão da nota fiscal.
04	400	PCT	<b>BISCOITO DO TIPO ÁGUA E SAL</b> Biscoito do tipo água e sal. O produto deve ser acondicionado em 3 embalagem primárias envolvidos por uma embalagem secundária totalizando peso líquido de no mínimo 300g. Validade de no mínimo 06 meses, contada a partir da data de emissão da nota fiscal.
05	400	PCT	<b>CAFÉ TORRADO E MOÍDO TRADICIONAL</b> Café Torrado e Moído Tradicional, composto por grãos selecionados, com torra média e moagem uniforme, apresentando aroma e sabor característicos, perfil sensorial





## MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

			equilibrado e isento de impurezas ou matérias estranhas. Teor de umidade máximo de 5% e extrato aquoso mínimo de 25%, atendendo aos padrões de qualidade vigentes. Acondicionado em embalagem laminada multicamadas, hermeticamente fechada e selada a vácuo, contendo 500 g, garantindo a preservação do aroma e das características do produto. Rotulagem contendo identificação do produto, informações nutricionais, lote, data de fabricação e prazo de validade. Produto em conformidade com a legislação sanitária vigente. Validade mínima de 10 (dez) meses, contada a partir da data de emissão da nota fiscal.
06	800	PCT	<b>FARINHA DE TRIGO TIPO 1</b> Farinha de Trigo Tipo 1, enriquecida com ferro e ácido fólico, obtida a partir da moagem de grãos de trigoãos, limpos e de boa qualidade. Textura fina, isenta de umidade, fermentação, mofo, impurezas e matérias estranhas. Embalada em pacote resistente e devidamente lacrado, contendo 1 kg de peso líquido. A embalagem deverá apresentar identificação do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, lote e informações nutricionais, conforme legislação vigente. Validade mínima de 3 (três) meses, contada a partir da data de emissão da nota fiscal.
07	400	PCT	<b>FARINHA DE MANDIOCA SECA</b> Farinha de mandioca seca, branca, Tipo 1, obtida de raízes de mandioca sadias, devidamente processadas, de boa qualidade, com granulometria uniforme, isenta de umidade excessiva, impurezas e matérias terrosas. Produto acondicionado em embalagem resistente e devidamente lacrada, contendo peso líquido de 1 kg. A embalagem deverá apresentar identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação, prazo de validade e informações exigidas pela legislação vigente. Validade mínima de 12 (doze) meses, contada a partir da data



**MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS**

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

			de emissão da nota fiscal.
<b>08</b>	1200	PCT	<b>FEIJÃO CARIOCA TIPO 1</b> Feijão Carioca Tipo 1 classe cores, peneira 12, conforme os padrões estabelecidos pela RDC nº 263/2005 da ANVISA. Produto constituído por grãos inteiros, sadios, limpos, secos, de coloração característica, isentos de matérias estranhas, insetos, parasitas ou qualquer substância que comprometa sua qualidade. Umidade máxima de 15,0%, impurezas máximas de 1,0% e percentual máximo de 5,0% de grãos defeituosos, atendendo à legislação vigente. Embalagem primária atóxica, resistente e devidamente lacrada, contendo 1 kg ou 5 kg, com rotulagem obrigatória contendo identificação do produto, informações nutricionais, data de empacotamento, prazo de validade, número do lote e demais informações exigidas pela legislação sanitária. Validade mínima de 12 (doze) meses, contada a partir da data de emissão da nota fiscal.
<b>09</b>	400	PCT	<b>FUBÁ DE MILHO FINO</b> Fubá de milho fino, enriquecido com ferro e ácido fólico, obtido pela moagem de grãos de milho sadios, limpos e de boa qualidade. Cor amarela-clara, odor e sabor característicos. Embalagem primária atóxica de no mínimo 500g, rotulada com informações nutricionais, data de fabricação, validade e lote. Validade mínima de 06 meses, contada a partir da data de emissão da nota fiscal.
<b>10</b>	400	PCT	<b>LEITE EM PÓ INTEGRAL</b> Leite em Pó Integral, instantâneo, conforme RDC nº 263/2005 ANVISA. Gordura mín. 26,0%, umidade máx. 5,0%, solubilidade mín. 90%. Enriquecido com vitaminas A e D. Produto acondicionado em embalagem primária atóxica, resistente e hermeticamente fechada, contendo 400g, com rotulagem contendo identificação do produto, informações nutricionais, data de fabricação, prazo de validade, número do





## MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

			lote e demais informações exigidas pela legislação vigente. Validade mínima de 12 meses, contada a partir da data de emissão da nota fiscal.
11	1200	PCT	<b>MACARRÃO COM OVOS</b> Macarrão com ovos, tipo espaguete. Enriquecido com ferro e ácido fólico. Com ausência de sujidades, insetos, parasitas, larvas, fungos e corpos estranhos. Embalagem plástica, atóxica, transparente e não violada, contendo dados do produto: identificação, procedência, ingredientes, informações nutricionais, lote, gramatura, datas de fabricação e vencimento. Pacote de 500 gramas. Validade mínima de 6 (seis) meses, contada a partir da data de emissão da nota fiscal.
12	800	UN	<b>ÓLEO VEGETAL REFINADO TIPO 1</b> Óleo vegetal refinado tipo 1, produzido a partir de grãos de soja, sem colesterol e sem gorduras trans. Constituído principalmente por triglicerídeos de ácidos graxos. Envasado em embalagens de Polietileno Tereftalato (PET) de 900 ml. Validade de no mínimo 06 meses, contada a partir da data de emissão da nota fiscal.
13	400	PCT	<b>SAL REFINADO IODADO</b> Sal Refinado Iodado, constituído de cloreto de sódio (NaCl) com teor mínimo de 99,0% na matéria seca e umidade máxima de 0,5%, apresentando cristais finos, brancos, homogêneos e de livre escoamento. Produto iodado conforme a legislação vigente, com teor de iodo entre 15 e 45 mg/kg, atendendo à Portaria nº 2.362/2003 e à RDC nº 218/2005 da ANVISA. Acondicionado em embalagem plástica atóxica, resistente e devidamente lacrada, contendo 1 kg. rotulagem contendo identificação do produto, informações nutricionais, lote e validade. Validade de no mínimo 18 meses, contada a partir da data de emissão da nota fiscal.
14	400	PCT	<b>SABÃO EM BARRA</b>





## MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

			Sabão em barra, composição básica linear alquil benzeno sulfonato de sódio, glicerina, fragrância, água e outras substâncias químicas permitidas. Pacote com 1kg, contendo cinco barras de sabão de 200g cada. O pacote deve conter a marca, dados do fabricante, procedência, lote e validade. Validade de no mínimo 24 meses, contada a partir da data de emissão da nota fiscal.
15	1200	UN	<b>SABONETE EM BARRA ANTISSEPTICO</b> Sabonete em barra antisséptico, pH balanceado (entre 5,5-6,5). Produto dermatologicamente testado, hipoalergênico, livre de parabenos e corantes agressivos, proporcionando limpeza eficiente sem ressecar a pele. Apresenta consistência firme, formato regular, espuma abundante, odor suave e agradável, sem rachaduras ou deformações. Acondicionado em embalagem individual original, íntegra, lacrada e inviolável, contendo identificação do fabricante, composição, lote, data de fabricação e prazo de validade. Peso unitário mínimo de 80 g. Validade de no mínimo 24 meses, contada a partir da data de emissão da nota fiscal.
16	800	UN	<b>CREME DENTAL FLUORETADO</b> Creme dental fluoretado, 1450 ppm de flúor (fluoreto de sódio). Livre de açúcar e glúten. Embalagem tubo flexível de 90g, com registro ANVISA (RDC nº 752/2022). Sabor menta/hortelã. Fornecimento em embalagem original e lacrada. Desenvolvido para proporcionar uma limpeza completa, ele atua diretamente no combate às cáries, elimina manchas amareladas nos dentes e proporciona um hálito fresco e duradouro graças à sua fórmula. Validade de no mínimo 24 meses, contada a partir da data de emissão da nota fiscal.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 155, de 30 de março de 2023.





## **MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS**

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua publicação, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 5 anos conforme artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.4. Os serviços desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que são materiais de consumo para suprir as necessidades da administração.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução consiste na execução do Benefício Eventual de Auxílio Alimentação por meio da disponibilização de cestas básicas montadas, destinadas ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social no Município de Cerejeiras/RO, conforme critérios estabelecidos na Lei Municipal nº 3.472/2024 e demais normativas da Política de Assistência Social.

A execução compreende a definição prévia, pela Administração Municipal, dos itens que comporão as cestas básicas, bem como dos quantitativos e padrões mínimos de qualidade. A partir dessas definições, a contratada será responsável pela aquisição dos gêneros alimentícios, montagem, acondicionamento, armazenamento e entrega das cestas prontas, conforme as demandas encaminhadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante requisições formais.

O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade identificada pela rede socioassistencial, permitindo atendimento contínuo e tempestivo às situações emergenciais de insegurança alimentar. A Administração atuará na gestão, fiscalização e controle da execução contratual, assegurando a conformidade dos produtos entregues com as especificações estabelecidas e com os objetivos da política pública.

Dessa forma, a solução visa garantir eficiência operacional, padronização dos benefícios e celeridade no atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade, promovendo a efetividade da proteção social básica e o cumprimento do dever estatal de assegurar o direito à alimentação adequada.

## **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

3.1. A necessidade consiste em assegurar a proteção social básica às famílias e indivíduos em





## MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

situação de vulnerabilidade e risco social no Município de Cerejeiras/RO, por meio da concessão do Benefício Eventual de Auxílio Alimentação, conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 3.472/2024.

A oferta do benefício visa garantir o acesso à alimentação adequada e às condições mínimas de dignidade às famílias que enfrentam situações temporárias de insegurança alimentar, proporcionando atendimento imediato às demandas sociais identificadas pela rede socioassistencial do município.

O Benefício Eventual constitui importante instrumento da Política de Assistência Social, fortalecendo a capacidade de resposta do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) frente às demandas emergenciais da população. Nesse contexto, observa-se um aumento significativo da procura por atendimento socioassistencial, decorrente de fatores como desemprego, informalidade, precarização das relações de trabalho, problemas de saúde, redução da renda familiar e elevação do custo de vida, especialmente dos gêneros alimentícios e das despesas habitacionais.

A presente demanda encontra amparo na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, especialmente em seu art. 22, alterado pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011, bem como na Lei Municipal nº 3.472/2024, que regulamenta a concessão dos benefícios eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social.

As cestas básicas serão fornecidas de forma parcelada, de acordo com a demanda da Contratante e mediante requisição de fornecimento, após o recebimento da Nota de Empenho emitida pela Administração.

### **4.2. Interesse Público**

O atendimento dessa necessidade atende ao interesse público ao assegurar apoio às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, contribuindo para a garantia do direito à alimentação adequada e para a redução dos impactos da insegurança alimentar.

A concessão do Benefício Eventual de Auxílio Alimentação permite o atendimento imediato de situações emergenciais que comprometem as condições mínimas de dignidade das famílias, evitando o agravamento das dificuldades enfrentadas e fortalecendo a rede socioassistencial do município. Além disso, a medida favorece a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários e a efetivação da Política de Assistência Social, em conformidade com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).







## **MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS**

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

Dessa forma, a Administração Municipal cumpre seu dever legal de assegurar o acesso aos benefícios eventuais previstos na legislação vigente, promovendo bem-estar social e maior proteção às famílias que necessitam de atendimento emergencial.

**3.3.** As previsões no Plano Anual de Contratação – PAC, no PPA, LOA e LDO por cada secretaria foram as seguintes:

3.3.90.32.99 - OUTROS MATERIAIS DE DISTRIBUICAO GRATUITA

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que fornece ou já forneceu quaisquer produtos/serviços;

4.2. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

4.3. Certidão Negativa de Tributos Estaduais;

4.4. Certidão Negativa de Tributos Municipais, do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

4.5. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

4.6. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor do Foro ou Cartório da sede da licitante;

4.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (NR);

4.8. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação.

4.9. Declaração de enquadramento em regime de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese do licitante ser uma ME ou EPP);

4.10. Declaração de Inidoneidade;

### **5. REQUISITOS LEGAIS**





## **MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS**

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis.

### **6. REQUISITOS TEMPORAIS**

**6.1.** O prazo para entrega após o recebimento da requisição será de até 24 (vinte e quatro) horas, salvo situações excepcionais devidamente justificadas pela Administração.

**6.2.** A entrega das cestas será fracionada, a pedido da secretaria, através de requisições informando as quantidades e especificações.

**6.3.** As Cestas deverão ser entregues montadas em embalagem plástica, super-resistente, tipo fardo, não podendo haver produtos que não estejam adequados para o consumo humano, sob pena de devolução de todas as cestas básicas constantes no empenho entregue à empresa vencedora.

**6.4.** Os produtos referentes ao objeto deverão ser reunidos em embalagem original íntegra (não estar furada, rasgada, amassada ou enferrujada) e embalados em saco transparente conforme disposto no item anterior.

**6.5.** Os produtos deverão apresentar nas embalagens sua composição nutricional e prazo de validade, que seja de no mínimo 04 (quatro meses), a contar da data da entrega, salvo aqueles que o prazo de validade é menor devido à sua composição ou método de produção (produtos pasteurizados, fermentados, etc.), sendo este nunca inferior a 70% do indicado no rótulo, os quais deverão constar na embalagem a data de fabricação e validade dos mesmos;

**6.6.** Todos os produtos cotados deverão obedecer às normas de legislação vigente do Ministério da Agricultura e VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Quando for o caso).

**6.7.** Os produtos deverão possuir registro em órgão competente relacionados ao tipo de produto (Ministério da Saúde – ANVISA e outros).

**6.8.** Os produtos deverão estar de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme diploma legal;

**6.9.** Cada cesta básica será montada conforme descrito abaixo:



**MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS**

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

Item	Quant	Unid.	Especificação de gênero de alimentação
1	400	Unid.	<p>Cesta básica embalada em saco plástico transparente e resistente, contendo:</p> <p>01 pacote de arroz branco tipo 1 (5 kg)</p> <p>02 pacotes de açúcar cristal (2 kg cada)</p> <p>01 pacote de biscoito tipo maisena (mín. 360 g)</p> <p>01 pacote de biscoito tipo água e sal (mín. 300 g)</p> <p>01 pacote de café torrado e moído (500 g)</p> <p>02 pacotes de farinha de trigo tipo 1 (1 kg cada)</p> <p>01 pacote de farinha de mandioca seca tipo 1 (1 kg)</p> <p>03 pacotes de feijão carioca tipo 1 (1 kg cada)</p> <p>01 pacote de fubá de milho fino (mín. 500 g ou 1 kg conforme padrão de aquisição)</p> <p>01 unidade de leite em pó integral (400 g)</p> <p>03 pacotes de macarrão tipo espaguete (500 g cada)</p> <p>02 frascos de óleo vegetal refinado tipo 1 (900 ml cada)</p> <p>01 pacote de sal refinado iodado (1 kg)</p> <p>01 pacote de sabão em barra (1 kg – 5 unidades de 200 g)</p> <p>03 unidades de sabonete em barra antisséptico (mín. 80 g cada)</p> <p>02 tubos de creme dental fluoretado (90 g cada)</p>

**6.10.** No ato da entrega a comissão de recebimento deverá atentar se o material foi entregue de acordo com o solicitado e sem defeitos aparentes.

**6.11.** O preço deverá abranger todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos, assim como quaisquer atividades ou insumos necessários à execução do objeto, mesmo quando não expressamente indicados, não cabendo, posteriormente, quaisquer acréscimos previsíveis.





## **MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS**

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

**6.12.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua publicação, na forma dos artigos 105 e 106 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 5 anos conforme artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

## **7. REQUISITOS DE GARANTIA, MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO**

**7.1.** A contratada deverá fornecer e entregar as cestas básicas devidamente montadas, embaladas em sacos plásticos transparentes e resistentes, contendo todos os itens e quantidades especificados no Termo de Referência, sendo responsável pela conferência e correta composição de cada unidade.

**7.2.** Os produtos deverão apresentar em suas embalagens informações de composição nutricional, identificação do fabricante, lote e prazo de validade, em conformidade com a legislação vigente. Os gêneros alimentícios deverão possuir prazo de validade mínimo de 04 (quatro) meses, contados da data da entrega, não sendo aceitos produtos com embalagens danificadas, violadas ou em desacordo com as especificações estabelecidas.

**7.3.** A Administração realizará a conferência das cestas no ato do recebimento, podendo recusar aquelas que apresentarem irregularidades, cabendo à contratada promover a substituição dos produtos ou das cestas em desconformidade, sem qualquer ônus para a Administração.

**7.4.** A contratada será responsável pela logística completa de entrega, incluindo transporte e descarga no local indicado, devendo garantir a conformidade dos produtos com as exigências editalícias e sanitárias, podendo a Administração realizar conferência e recusar itens que não atendam às especificações.

## **8. REQUISITOS EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

**8.1.** Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que fornece ou já forneceu quaisquer produtos/serviços.

## **9. REQUISITOS DE METODOLOGIA DE TRABALHO**

**9.1.** O fornecimento dos serviços está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) ou empenho emitido pela Contratante.

**9.2.** A OFB ou a Nota de empenho indicará o tipo de produto, a quantidade e a localidade na qual os produtos deverão ser entregues.





## **MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS**

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

9.3. O andamento do fornecimento dos produtos deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

### **9.4. Subcontratação**

9.4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

- a) Fica vedada a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
- b) A CONTRATADA não poderá transferir ou ceder, ainda que parcialmente, os direitos ou obrigações decorrentes do Contrato.

## **10. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

### **10.1. São obrigações da CONTRATANTE:**

- 10.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 10.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens ou Nota de Empenho, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 10.1.3. Receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 10.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 10.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 10.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento do objeto licitado;

### **10.2. São obrigações do CONTRATADO:**

- 10.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 10.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 10.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação





## **MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS**

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;

10.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas às causas e justificativas desta decisão;

10.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

## **11. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **11.1. Rotinas de Execução – Do Encaminhamento Formal de Demandas**

11.1.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) ou Nota de Empenho para a entrada dos bens desejados.

11.1.2. O contratado deverá fornecer os produtos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB ou Nota de Empenho.

11.1.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

### **11.2. Forma de Execução e Acompanhamento do Contrato – Condições de Entrega:**

11.2.1. Em conformidade com o item 6 e seus subitens.

### **11.3. Formas de transferência de conhecimento**

11.3.1. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

### **11.4. Procedimentos de transição e finalização do contrato**

11.4.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **11.5. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle**

11.5.1. Cada OFB ou Nota de Empenho conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

### **11.6. Mecanismos formais de comunicação**

11.6.1. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

11.6.1.1. Ordem de Fornecimento de Bens ou Nota de Empenho;

11.6.1.2. Ata de Reunião;





## **MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS**

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

11.6.1.3. Ofício;

11.6.1.4. Sistema de abertura de chamados;

11.6.1.5. E-mails.

### **11.7. Formas de pagamento**

**11.7.1.** No ato da entrega, a proponente vencedora apresentará as notas fiscais e será paga em até 30 (trinta) dias corridos após a entrega das notas, em conformidade com o cronograma de desembolso financeiro, mediante crédito em conta corrente bancária, sendo que as notas fiscais serão atestadas pelo setor responsável pela fiscalização das entregas.

## **12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **12.5. Fiscalização**

12.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **12.6. Fiscalização Administrativa**

12.6.1. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas em lei, verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.





## **MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS**

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

12.6.1.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

### **12.7. Gestor do Contrato**

12.7.1. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas em lei, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

12.7.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

12.7.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

12.7.4. O gestor do contrato emitirá, quando necessário, documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

12.7.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

12.7.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

12.7.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.







## **MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS**

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

### **12.8. Critérios de Aceitação**

12.8.1. Serão aceitos os serviços que atenderem integralmente às condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato, observando os seguintes critérios:

- a) Conformidade dos gêneros alimentícios com as especificações técnicas, quantitativos e padrões de qualidade definidos pela Administração Municipal;
- b) Entrega das cestas básicas devidamente montadas, acondicionadas e prontas para distribuição, sem avarias, danos ou irregularidades;
- c) Observância dos prazos de entrega estabelecidos, compatíveis com a necessidade de atendimento tempestivo das famílias em situação de vulnerabilidade social;
- d) Fornecimento de produtos em condições adequadas de consumo, dentro do prazo de validade e em conformidade com as normas sanitárias vigentes;
- e) Correspondência integral entre os itens entregues e aqueles previamente definidos pela Administração, sendo vedada substituição sem autorização formal;
- f) Aceitação condicionada à conferência e aprovação pela fiscalização do contrato, mediante verificação quantitativa e qualitativa no ato do recebimento;
- g) Substituição imediata, sem ônus para a Administração, de itens que apresentem vícios, avarias ou não conformidades com as especificações estabelecidas.

12.8.2. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

### **12.9. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**

12.9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;





## **MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS**

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

12.9.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) deixar de apresentar amostra;
- e) apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- i) fraudar a licitação
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- k) agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- l) induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- m) apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- n) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- o) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 12.846, de 2013.

12.9.3. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.9.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida.



## MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

- b) as peculiaridades do caso concreto
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.9.5.1. Para as infrações previstas no “**item 12.9.1, alínea a**” e item “**12.9.2, alíneas a, b, c, d, e, f, g**”, a multa será de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

12.9.5.2. Para as infrações previstas no “**item 12.9.2, alíneas h, i, j, k, l, m, n, o**”, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

12.9.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.9.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.9.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas no item “**12.9.1, alínea a**” e “**item 12.9.2, alíneas a, b, c, d, e, f, g**”, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas no “**item 12.9.2, alíneas h, i, j, k, l, m, n, o**”, bem como pelas infrações administrativas previstas no item “**12.13.1, alínea a**” e “**item 12.9.2, alíneas a, b, c, d, e, f, g**” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.



## MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

12.9.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no “**item 12.9.2, alíneas f, g**”, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.9.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.9.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.9.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.9.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### 13.1. Recebimento do Objeto

13.1.1. Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a)



## **MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS**

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

13.1.2. Os bens/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material/serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

13.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais, em caso de eventual prorrogação do recebimento definitivo, fica automaticamente prorrogado o prazo de pagamento dos materiais/serviços entregues.

13.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.1.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

13.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **13.2. Liquidação**



## **MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS**

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

13.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias corridos para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

13.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

13.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público.

13.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.



## **MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS**

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

13.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.2.8. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

13.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **13.3. Forma de Pagamento**

13.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

13.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.3.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **13.4. Antecipação de Pagamento**

13.4.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.



## **MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS**

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

### **14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **14.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

14.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

14.1.2. O regime de execução do contrato será por menor preço por lote.

#### **14.2. Da Aplicação da Margem de Preferência**

14.2.1. Aplica-se a margem de preferência conforme descrito a seguir:

14.2.1.1. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro verificará se há empate entre as Licitantes que declararam em campo próprio do sistema, que se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, e as demais licitantes, conforme Lei Complementar nº 123/2006 e ainda suas alterações na Lei Complementar 147/2014.

14.2.1.2. Após etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta (fase de negociação) diretamente ao licitante que tenha apresentado lance de menor valor, para que seja obtido um melhor preço, bem assim decidir sobre sua aceitação, podendo a negociação ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.2.1.3. Fica assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, o qual ocorrerá de forma automática pelo sistema.

14.2.1.4. Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances;

14.2.2. Para efeito do disposto no “**item 14.2.1.3**”, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

14.2.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada como menor lance, situação em que será declarada vencedora da etapa de lances;







## **MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS**

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

14.2.2.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese do “**item 14.2.1.3**”, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

14.2.2.3. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, a convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

14.2.2.4. O disposto no “**item 14.2.1.3**”, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

14.2.2.5. Ocorrendo a situação prevista no “**item 14.2.1.3**”, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena preclusão.

### **14.2.3. Critério de desempate;**

a) 1º Preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Complementar nº 147/2014.

## **15. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

15.1. O custo estimado total dessa contratação é de R\$ 105.848,00 (cento e cinco mil e oitocentos e quarenta e oito reais), conforme o quantitativo de consumo estimado pela secretaria.

## **16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento de recursos próprios do município:

16.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Ficha: 229

Unidade: 020902 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

Funcional: 08.244.0009.2049.0000 - Gestão de Benefícios Eventuais - C/C: 21277-6.

Classificação: 3.3.90.32.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA





**MUNICÍPIO DE CEREJEIRAS**

Prefeitura Municipal

Rua Florianópolis, nº 503 - Bairro Maranata, CEP 76.997-000

Fonte de Recurso: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

16.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Cerejeiras, 19 de junho de 2026.

**Bruna Maciel dos Santos**

Decreto Nº 084/2026

Assessor de Departamento

**Alini Dantas de Oliveira**

Matrícula 38687

Ag. de Gestão Pub/ Ag. Administrativo

Aprovo,

**Elisangela de Oliveira Araújo Souza**

Decreto Nº 284/2021

Secretária Municipal de Assistência Social







# Município de Cerejeiras

04.914.925/0001-07  
Rua Florianópolis  
www.cerejeiras.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Termo de Referência</b>	<b>Nº 054/2026</b>	<b>19/06/2026</b>

ID: <b>886208</b>	Processo	Documento
CRC: <b>1FA5553E</b>		
Processo: <b>1-2683/2026</b>		
Usuário: <b>Bruna Maciel dos Santos</b>		
Criação: <b>19/06/2026 07:21:11</b>	Finalização: <b>19/06/2026 07:21:12</b>	

MD5: <b>D67CED1DA334AB77ED01658BE48F62FE</b>
SHA256: <b>8F019258CB5CC255740B7FE77B4E627FFD59D68ED32B57189ED150C2AC95D55B</b>

Súmula/Objeto:

**Termo de Referência**


### INTERESSADOS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CEREJEIRAS	CEREJEIRAS	RO	19/06/2026 07:21:11
---	------------	----	---------------------


### ASSUNTOS

CESTAS BASICAS	19/06/2026 07:21:11
----------------	---------------------


### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

	Bruna Maciel dos Santos	Assessor de Departamento	19/06/2026 07:22:32
--	-------------------------	--------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 284/2021.

	Elisangela de Oliveira Araujo Souza	Secretária Mun. De Assistência Social	19/06/2026 07:22:54
--	-------------------------------------	---------------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 284/2021.

	ALINI DANTAS DE OLIVEIRA	Ag. de Gestão Pub/ Ag. Administrativo	19/06/2026 07:24:58
--	--------------------------	---------------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 284/2021.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.cerejeiras.ro.gov.br](http://eproc.cerejeiras.ro.gov.br) informando o ID 886208 e o CRC 1FA5553E.